

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS
09:00 HORAS.

ATA Nº 020

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Declaro aberta a presente audiência pública com a finalidade discutir o reajuste dos servidores públicos com data base em maio.

Convido para compor a Mesa o nobre Deputado Carlão Nascimento; o Secretário de Administração, Geraldo de Vitto; o Dr. João Virgílio do Nascimento, Procurador Geral do Estado; o Sr. José Carlos Calegari, Presidente do Fórum Sindical; a Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, vice-Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis; e a Sr^a Francismeire Pedrosa da Silva, Superintendente Adjunta de Recursos Humanos da SEDUC, neste ato representando a Secretária de Estado de Educação.

Composta a mesa, vou passar a palavra, de imediato, a Dr^a Francismeire Pedrosa da Silva, Superintendente Adjunta de Recursos Humanos da SEDUC.

A SR^a FRANCISMEIRE PEDROSA DA SILVA – Eu gostaria de iniciar cumprimentando a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo e também cumprimento todos os servidores públicos estaduais do Estado de Mato Grosso.

Vamos falar especificamente, aqui, quanto aos reajustes concedidos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Só um minuto. Vamos desfazer a Mesa para facilitar para a senhora aqui.

(NESTE MOMENTO, A MESA DOS TRABALHOS É DESFEITA.)

A SR^a FRANCISMEIRE PEDROSA DA SILVA – Então, nós vamos aqui demonstrar os reajustes que foram concedidos, na atual gestão, aos profissionais da Educação.

Juliano, por favor, o primeiro eslaide.

No período de 2003 a 2004, foram feitos os seguintes reajustes aos profissionais:

O primeiro foi feito através da Lei Complementar nº 159, sendo de 7,67%. Foi linear a todos os profissionais da educação.

Teve também, para aqueles professores que estão em sala de aula, o incentivo à docência, que foi de 12%.

Além disso, também teve um aumento de 10% para professores doutores, e 5% de aumento para aqueles profissionais que estavam na função de dedicação exclusiva, de diretores e assessores pedagógicos.

Através da Lei Complementar nº 203/04 está sendo feita a revisão anual do subsídio dos profissionais da educação. Só que seria com data base a partir do mês de maio. Entretanto, de forma parcelada, esses profissionais já estão recebendo desde o mês de janeiro e será concluído agora no mês de maio, com 6,3% do INPC.

Então, analisemos um professor em início de carreira no nível superior. Em janeiro de 2003, ele percebia R\$903,83. O mesmo professor, caso esteja em sala de aula, perceberá, a partir

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

maio agora, quando completa 6,3% do INPC, R\$1.147,00, ou seja, ele terá um incremento no seu subsídio de 20,98%.

Vamos ver um outro exemplo: um profissional em final de carreira no nível superior, com especialização. Em janeiro de 2003, ele percebia R\$1.536,50. O mesmo professor, caso esteja em sala de aula, perceberá, a partir de maio, com o INPC de 6,3%, R\$2.084,45, ou seja, terá um incremento de 35,66% na sua remuneração.

Temos um terceiro exemplo para nós visualizarmos melhor como esses reajustes incrementaram os subsídios dos profissionais. Nesse terceiro exemplo, analisemos um professor de carreira, nível mestrado, com doze anos de serviço. Em janeiro de 2003, ele percebia R\$1.265,20. O mesmo professor, nós estamos falando do nível de mestrado, que esteja em sala de aula perceberá a partir de maio R\$1.769,00. Ou seja, ele teve um incremento de 39,88% na sua remuneração.

O quarto exemplo: o professor de carreira, nível doutorado, com doze anos de serviço, em janeiro de 2003 percebia R\$1.265,20, o mesmo professor, caso esteja em sala de aula, perceberá a partir de maio R\$2.013,12, ou seja, um incremento de 59,11% na sua remuneração.

Vamos visualizar melhor agora na tabela de subsídios, no próximo eslaide. Como ficou de 12/2002. Como era a tabela de subsídios. Em 2005, nós tivemos todas essas alterações de subsídio dos profissionais da educação.

Aí vocês poderiam me perguntar: mas isso é para quem está em sala de aula? E quem não está em sala de aula? Quem não está em sala de aula, logicamente, deve estar exercendo a função de assessor pedagógico, diretor, secretário, coordenador pedagógico. E todos esses têm dedicação exclusiva. E essas dedicações exclusivas não são fixas. De acordo com o aumento do subsídio, logicamente, elas variam.

Os técnicos administrativos, como ficou a situação dos técnicos? Os técnicos, além dos reajustes que eles tiveram com a Lei Complementar nº 159 e com a Lei Complementar nº 203, ainda têm essa situação do enquadramento definitivo. Um técnico administrativo que se profissionalizar, em um prazo máximo de um ano, um ano e meio, tem um aumento no seu subsídio de 90,45% a 108,16%. Seria o caso dos técnicos.

Houve também um realinhamento daqueles profissionais, daqueles servidores, que estiveram por muito tempo com seus salários congelados. Então, houve um realinhamento dos seus salários, que desde 1995 estavam congelados. E nesse realinhamento houve uma alteração na remuneração de 47% a 200%. Esses efeitos financeiros foram a partir de janeiro de 2005.

Além dessas situações, também ficaram garantidos aos profissionais da educação que de alguma forma são valores que acabam agregando aos seus subsídios. O Governo também garantiu a eles o recebimento da progressão de nível, que ocorreu no mês de outubro, a progressão de classe e tem garantido o enquadramento para aqueles profissionais, para os técnicos administrativos, como eu falei anteriormente.

Então, dessa forma, nós gostaríamos de deixar aqui demonstrado quais foram os reajustes que os profissionais da educação receberam na atual gestão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) – Pedimos a recomposição da Mesa.

(NESTE MOMENTE É RECOMPOSTA A MESA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) – Anunciamos a presença da Deputada Verinha Araújo, membro efetivo da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Com a palavra, o Sr. José Carlos Calegari, Presidente do Fórum Sindical e do SINDSINFRA.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo por ter nos dado essa oportunidade de estar aqui discutindo as questões de data-base.

Gostaria de dizer que os servidores públicos do Estado de Mato Grosso esperam do Governador que ele reveja essa situação da reposição salarial. Com apenas 6%, não vai haver a recuperação de perdas que nós tivemos ao longo dos anos.

Com a perda salarial que nós tivemos, nos últimos dez anos, 6% não chegam nem a 1% daquilo que nós esperamos. Que o Governador faça uma proposta diferente, que foi a proposta de campanha dele, a recuperação salarial do servidor público.

Eu quero informar também que os servidores aposentados do Estado de Mato Grosso, em sua grande maioria, ainda estão com os salários congelados. E nós esperamos que o Governador reveja essa questão.

E peço para os Srs. Deputados que intervenham e ajudem na recomposição desses salários que estão tão defasados. Existem categorias privilegiadas, que estão tendo aumento até superior à inflação nesse período, mas existem categorias que estão com acima de 300% de defasagem salarial.

Este Governo, na sua campanha, pediu ajuda aos servidores do Estado e nós, a maioria dos Presidentes de Sindicatos e dos Servidores do Estado de Mato Grosso, apoiamos esse Governo, votamos e acreditamos.

E nós agora, no terceiro ano de Governo, ainda estamos num impasse.

Eu, como representante da SINFRA, só tenho a lamentar. Tem servidor lá, no terceiro ano de Governo, e eu tenho isso... Só houve um realinhamento, não houve nenhum aumento, nem os 7%, que falam aí, a nossa categoria teve.

No entanto, nós temos categorias que já tiveram 47%, temos categorias que tiveram agora em janeiro um aumento de 19%, que é o caso dos delegados, procuradores e Governador.

Nós pedimos para tentar um entendimento com o Governador. Solicitamos ainda, Deputado Humberto Bosaipo, que seja aberta mais uma oportunidade de negociação ainda antes do dia 1º de maio com o Sr. Governador, para que o Fórum Sindical leve as reivindicações.

Na primeira reunião que tivemos agora sobre data-base com o Sr. Governador ele nos disse que ele não ia mexer com o que ficou para trás.

Nós achamos isso errado, porque o Governador não é Governador do Estado só de hoje e nem de amanhã. Quando ele assume o cargo de Governador, ele responde pelo Estado, pelas dívidas do passado e do presente.

E nós gostaríamos que o Governador tivesse uma proposta que contemplasse de forma melhor, que viesse a fazer uma pequena recuperação nos salários, não só repor o índice inflacionário. Se nós estamos com perda de 300%, 400%, dependendo da categoria, nós precisaríamos que o Sr. Governador, que teve um crescimento de arrecadação no Estado no ano de 2004 de 36%, não viesse com apenas 6%.

Se o Governo não pode dar os 300% ou os 400%, como ele já falou, sente-se à mesa de negociação, faça uma recuperação salarial do servidor público do Estado, que está aí numa situação caótica, difícil.

No meu sindicato tem um problema grave. Todos os dias chegam aposentados - e têm alguns aqui presentes - que chegam lá, sem dinheiro para comprar o seu remédio, com dez anos de salário congelado. Estamos numa situação muito difícil. Pedimos para os Srs. Deputados que estão aqui presentes, para o Sr. Secretário, que encontrem uma forma de começarmos, ainda neste

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

terceiro ano de Governo, porque nos dois primeiros o Governador não contemplou isso, uma recuperação de salário dessas pessoas.

Era isso que queríamos colocar e pedir para os senhores abrirem uma audiência ainda este mês com o Sr. Governador para que possamos estar discutindo isso. Levar os números em defasagem de cada sindicato. Por quê? Porque algumas categorias estão tendo privilégio, estão tendo aumentos relativamente bons. E nós levamos isso ao conhecimento do Governador.

No ano passado, a conversa que tivemos com o Governador era de que ele iria fazer uma política única de salário, iria ser tudo igual. No entanto, na prática, não é isso que acontece. Temos notado aí. E, ainda nesta Assembléia Legislativa, tem Mensagens aqui tramitando, que é o caso dos peritos, que é um aumento diferenciado. E as pessoas que – só para lembrar – tiveram 19%, provavelmente, também vão receber os 6%. Quer dizer, vão para 25%, e vamos... Eu falo 6%, gente, porque é mais ou menos 6,13%, o índice.

Então, pedimos a intervenção dos Srs. Deputados, que é a nossa esperança agora, do Fórum Sindical, todos os presidentes dos Sindicatos estão pedindo isso, que a Assembléia Legislativa intervenha para que possamos melhorar um pouco, amenizar, pelo menos, a situação em que se encontram os servidores, a grande maioria dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir agora a palavra da representante de Rondonópolis, Sr^a Vilma Moreira dos Santos Oliveira, Presidente do SIPROS.

A SR^a VILMA MOREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA - Gostaria, em nome do Deputado Humberto Bosaipo, de cumprimentar todos os componentes da Mesa, todos os companheiros e companheiras do Fórum Sindical. Parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Seguridade Social, e o Fórum Sindical por essa discussão referente à data base.

No ano passado, tivemos a discussão do Grupo de Trabalho, onde estivemos presentes. Também foi dado o índice para a categoria, que foi a recomposição salarial, como já foi explanada pela Dr^a Francismeire.

Nós sabemos que o índice não atendeu, é lógico, as reivindicações da categoria. O índice foi escalonado a partir do mês de janeiro que, no seu final, por mês, não dava nem 1%. E agora, no mês de maio, vai estar finalizando com um percentual de 6%.

O que nós esperamos é que nesta Audiência Pública de hoje possamos ter encaminhamentos que sejam endereçados ao Sr. Governador para que ele possa rever a situação de todos os profissionais, que é o que a categoria espera.

Nós sabemos que o reajuste salarial dado no ano passado, Dr^a Francismeire, que está representando a Secretaria de Educação, onde ali está colocado que teve... Nós sabemos que teve categorias, igual as que estão fora da sala de aula na questão de reabilitação, licença para mandato classista, licença médica acima de trinta dias e licença especial, que possuem também em seus subsídios 12% a menos. Não tiveram... Assim também temos a questão dos aposentados e pensionistas, que ficaram com o reajuste de 7%.

Então, hoje nós esperamos que seja revista essa situação, que novamente o Governador possa sentar com a equipe econômica do Estado, para que não sejam apenas esses 6,13, como já foi apontado na reunião passada. Nós esperamos que todos os Deputados desta Casa também nos ajudem nessa negociação junto ao Governador.

Que seja, a partir desta Audiência Pública, agendada nova reunião com o Governador, com a equipe econômica, a Secretaria de Administração - está aqui o Dr. Geraldo de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Vitto - e os demais representantes da Secretaria de Educação, juntamente com o Fórum Sindical, para que nós possamos ter êxito durante o ano 2005.

Quando o companheiro Calegari colocou que o Governador se posicionou colocando que não tem nada a ver com o passado, nós deixamos aquela mensagem: “Quem casa com a viúva, se ela tem dez filhos, tem que assumir os dez filhos”. Nós esperamos isso do Governador do Estado. E tenho certeza de que ele vai estar revendo essa situação para que realmente possamos sair, é lógico, com um reajuste salarial que seja digno de toda nossa categoria.

É o que nós esperamos desta audiência pública de hoje. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vamos ouvir o Dr. Benedito Daltro, Presidente dos Servidores Público de Mato Grosso.

O SR. BENEDITO DALTRO - Sr. Deputado Humberto Bosaipo; Sr. Deputado Carlão Nascimento; Sr. Procurador-Geral do Estado João Virgílio; Sr. Secretário de Estado de Administração; colegas de sindicalismo, Calegari e Vilma; Srª Deputada Verinha Araújo; Srª Francismeire; caros companheiros aqui presentes.

O Secretário de Administração, aqui presente, é sabedor da planilha que os sindicatos e as federações encaminharam para o Governo do Estado mostrando a perda salarial antes da implantação do subsídio. Portanto, aproveitando a oportunidade, queremos pedir o apoio de todos os Deputados para que sensibilizem o Governo do Estado a conceder a reposição salarial do subsídio. É o bastante. É isso que o servidor espera, uma troca de favor, porque 80% do funcionalismo público votaram no Governador Blairo Maggi.

Nessa Mensagem encaminhada para a Assembléia Legislativa em dezembro, o Governo propôs 6,13% para a classe do servidor público em geral. Nós somos sabedores de que 90% do funcionalismo público estão nas mãos dos banqueiros, inclusive nas mãos do Banco do Brasil. E, dificilmente, esses servidores, no decorrer de cinco anos, vão conseguir sair das mãos das financeiras. E vocês sabem, perfeitamente, que no decorrer de todo esse período, parando para analisar, estamos pagando para trabalhar. Não é justo as categorias e também os servidores públicos em geral pegarem o *Diário Oficial* e verem reajuste diferenciado. Isso aí os Deputados, os nossos representantes, podem perfeitamente analisar, o que foi concedido e o que também poderá ser concedido para a nossa categoria.

Agora, se o Governo pelo menos desse uma recomposição de 15%, já facilitaria muito, e muito, a nossa situação.

Portanto, para encerrar, peço ao Secretário de Administração que analise com carinho porque o Governo terá a resposta nas urnas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Sr. Cledson Gonçalves da Silva, Presidente do Sindicato dos Investigadores e Agentes Prisionais de Mato Grosso, que dispõe de três minutos, porque temos bastante inscritos. Pedimos às pessoas que sejam bem objetivas.

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo; senhores e senhoras.

Eu acho salutar a oportunidade de estarmos aqui para realmente poder discutir, os servidores estarem ouvindo que a proposta está vindo do Governador do Estado e não está vindo em consonância com os presidentes dos sindicatos.

Em primeiro lugar, eu queria dizer para vocês o seguinte: o subsídio foi uma armadilha que veio do Governo Federal, mas que, até certo ponto, de alguma forma, beneficiou,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

porque deu oportunidade para que todos os servidores públicos pudessem estar no mesmo barco, embora esse barco esteja furado, e todos nós já sabemos disso.

Aproveitando o ensejo, gostaria de poder contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa, porque o Governador já sinalizou, já nos disse taxativamente de que o aumento, ou seja, a reposição salarial será de 6,13. E 6,13 não atenderá as necessidades dos servidores, até porque o salário mínimo terá um reajuste de 15% e nós teremos uma perda salarial visível. Não precisa ser economista para fazer essas contas. Nosso salário terá uma depreciação de 9%. Quem ganha dez salários mínimos, a partir de maio não mais ganhará dez salários mínimos.

Então, gostaríamos de pedir o apoio de todos os Deputados desta Casa para que intervissem junto ao Governo no sentido de que nos dessem, pelo menos, o reajuste que será dado para o salário mínimo, para que nós, mesmos não ganhando, não tenhamos perdas reais no nosso salário. E gostaríamos de saber também - está nos jornais todos os dia -, que se o Estado está tendo superávit de arrecadação, onde está sendo aplicado esse superávit, já que o Governo diz que não pode aplicar no salário do servidor.

Então, eu acho que o momento é importante. É o momento de nós fazermos uma reflexão, e todos juntos, todos os servidores, tomarmos uma decisão, caso o Governo queira que nós aceitemos forçosamente essa reposição de 6,5%.

Às vezes, nos excedemos quando vemos que os tratamentos são totalmente diferenciados. Como alguns companheiros colocaram aqui: não está se cumprindo o que determina o art. 37 da Constituição, no seu inciso X, porque tem categorias sendo beneficiadas, tem categorias tendo aumento diferenciado. Isso nós colocamos para o próprio Governador.

Esse tratamento diferenciado vai causando uma revolta nas categorias e chega um momento em que você tem que por para fora essa revolta. Então, nós gostaríamos de pedir o apoio também ao Procurador Geral do Estado que aqui está, no sentido de que interprete de forma correta para o Governador os princípios constitucionais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) – Vamos ouvir o Sr. Orlando Francisco, Coordenador do Fórum e Diretor Financeiro do SINTEP.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Quero cumprimentar a Mesa pelas palavras da Professora Vera e pelas palavras da Deputada Verinha Araújo, bem como os companheiros aqui representantes do fórum sindical e os demais presentes a esta audiência pública. São três minutos. Eu vou, primeiro, fazer um questionamento apresentado pela Francismeire, que é quanto à planilha da educação e, em seguida, falarei sobre a questão mais central, que é a data-base de maio, que trata esta audiência pública.

Primeiro, eu quero dizer o seguinte: essa planilha foi uma apresentação de afronta a nós, trabalhadores da educação. A planilha não tratou, por exemplo, da suspensão do adicional noturno dos guardas, que é uma miséria; ela não tratou do salário inicial do professor, que é de R\$620,00; ela não tratou, por exemplo, das próprias receitas que a educação tem recebido, embora reduzida, porque se cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente do Poder Executivo, mas não dos demais Poderes, a exemplo da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, a exemplo de outros Poderes, como o Tribunal de Contas, como o DETRAN. E aí vamos longe...

Essas informações estão disponíveis na Secretaria de Fazenda, onde fomos colhê-las. Então, esses dados não foram apresentados. A Secretaria de Educação é patrolada, já que o Poder Executivo faz isso, no sentido de atender a boa vizinhança de outros Poderes. E mais, ela apresentou aqui uma planilha que, praticamente, representa o final de carreira dos trabalhadores da Educação, citando o caso de Mestrado e Doutorado. Nós só temos quatro Doutorados na educação de Mato Grosso. Então, é zero, vírgula, zero alguma coisa desse percentual de salário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS
09:00 HORAS.

Com relação à data-base, que é a pauta principal, eu quero dizer que na última audiência que tivemos com o Sr. Governador, que contou com a presença da companheira Deputada Verinha Araújo; do Deputado Carlos Brito; do Deputado Pedro Satélite; do Secretário de Administração Geraldo De Vitto que, aliás, faz contenção de despesa nas reuniões do Fórum, porque o café e a água demoram vir, e quando vêm... Precisa-se fazer essa contenção de despesa, mas é preciso pensar na nossa data-base com menos contenção de despesa. O Governador, como lembraram aqui os companheiros do fórum sindical, colocou com todas as letras que o passado ele não quer discutir. Tudo bem, então! Vamos discutir o presente e o futuro. Em 2004, o PIB brasileiro foi de 1,7 trilhões de reais, e o Governador apresentava um custo da folha de pagamento de 110 milhões de reais de 2004. Mas, em 2003, 96 milhões que foram para 110 milhões.

Veja bem, se o PIB brasileiro teve um percentual de 16%, de 2003 para 2004, os jornais da região fizeram a demonstração, na semana anterior - inclusive com uma foto do Secretário de Estado de Fazenda -, de que a média do Estado de Mato Grosso foi de 36%. Correto?

Então, significa dizer que dá para melhorarmos nos índices, no realinhamento. Aliás, há uma desinformação muito grande que nos deixa numa insegurança muito grande. Então, dá para melhorar no alinhamento, nesse índice de recomposição salarial, mesmo não considerando o passado, como diz o Governador, apesar de que “quem casa, tem assumir as crianças também”, porém ele está dizimando as crianças.

Então, para concluir, com essa arrecadação que o próprio Estado está assumindo, palavra do Secretário de Fazenda, que é a média maior não só do Centro-Oeste, mas do próprio Estado de Mato Grosso, é possível que, nessa próxima audiência com o Governador – nós estamos aguardando ainda hoje o Secretário de Administração –, nós possamos avançar com um pouco mais, dando dignidade para todo o funcionalismo público do Estado de Mato Grosso, porque nós exigimos mais respeito com o nosso funcionalismo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vamos ouvir o Sr. Nilton Rosa dos Santos, Diretor do SINDSIFRA de Rondonópolis.

Eu gostaria que as pessoas colocassem as propostas bem objetivas para que possamos apresentar um resultado desta audiência pública.

O SR. NILTON ROSA DOS SANTOS – Em nome do Calegari, cumprimento a todos.

Quando ouço falar em audiência pública, penso no povão. E estou decepcionado, como diz o outro, com o pequeno número de pessoas presentes à audiência pública.

Nós estamos aqui com o intuito de rever a situação não nossa, mas de todo o funcionalismo público do Estado de Mato Grosso. Nós precisamos, sim, deles para dar amparo, dar segurança, mas aqui eles não estão.

Gostaria que cada entidade cobrasse deles porque não vieram ajudar as entidades, porque não vieram brigar pelo seu salário.

Meu nome é Nilton, estou com 13 mandatos, já vai para 33 anos, à frente do sindicato do interior, da região de Rondonópolis; sou Vice-Presidente da Federação dos Aposentados do Estado de Mato Grosso e sou Adjunto Financeiro da Grande Confederação do Brasil, para o qual fui eleito e votado lá em Brasília.

Então, tenho, sim, uma meta de trabalho muito grande dentro do Estado e dentro do Brasil. Espero de todos vocês, de tudo o que foi falado aqui, porque realmente o funcionalismo está numa situação muito difícil. Precisamos sim, porque amanhã ou depois vocês vão precisar dos nossos votos e nós vamos estar de braços abertos em toda região do Estado de Mato Grosso para receber vocês com carinho e dedicação, mas queremos que os senhores revejam a nossa situação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Ademais quero cobrar de vocês todos também, porque quando foi composta a Mesa, eu não vi ninguém bater palmas. Nós temos, sim, que considerar essas pessoas da Mesa, porque daqui saem as leis, aqui estão os nossos direitos, aqui aprovam os nossos direitos e têm que ter um respeito com todo o pessoal da Mesa e respeito às pessoas que estão usando a palavra e que seja dada uma salva de palmas para todas as pessoas que estão compondo a Mesa. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vamos ouvir o Sr. Flávio Roberto Raimundo, Diretor do SINDISINFRA de Poxoréo.

O SR. FLÁVIO ROBERTO RAIMUNDO – Quero cumprimentar a Mesa, todos os que estão aqui presentes, os Deputados e o Sr. Calegari.

Eu quero ratificar que estamos saindo do Município de Poxoréo e trabalhando no Município de Primavera do Leste, tendo um gasto de R\$120,00 por mês e nem o enquadramento das 40 horas foi posto sobre o nosso reenquadramento.

Então, estamos passando uma vida péssima, com os salários defasados. Além de não termos reajuste de salário, ainda tiramos do bolso para pagar passagem para ir trabalhar em outro município - e não sou só eu.

Eu entreguei um documento para o Deputado J. Barreto com os gastos que estamos tendo e quero que os senhores retifiquem essa nossa situação.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – A última pessoa inscrita para falar, representando o Fórum é Genina Evangelista, Presidente do Sindicato dos Escrivães de Mato Grosso. Depois vamos ouvir aqui os representantes que estão à Mesa

A SR^a GENINA EVANGELISTA – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar, em nome da pessoa do Deputado Humberto Bosaipo, que teve esta iniciativa, toda Mesa e todos os presentes.

Gostaria, Sr. Secretário Geraldo de Vitto que Vossa Excelência quando estivesse com a oportunidade da palavra, nos esclarecesse, não só a mim, enquanto representante da categoria escrivão de polícia, mas a todos os demais, qual é o motivo que leva o Executivo, o Governador do Estado, a tratar de forma tão desigual os servidores públicos, colocando alguns lá no ápice da pirâmide e tantos aqui na base.

Acho que nem cabe aqui mencionar os nomes das carreiras que estão sendo beneficiadas neste Governo de maneira injusta. Porque nós, que estamos na linha de frente, que vamos para a batalha, que trabalhamos aí, dando o sangue... Outro dia até falei para o Governador que a nossa última gota de sangue já está se acabando, se esvaindo, e não vemos nem um sinal por parte do Executivo de valorizar as nossas carreiras, em especial nós, grupo polícia civil, as carreiras de escrivão de polícia e de investigador de polícia. Então, esse é o esclarecimento que eu gostaria que fosse feito. Qual é o motivo desse tratamento tão injusto e tão desigual? (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vamos ouvir agora o Secretário de Administração, Geraldo de Vitto. Se ele precisar, devido às perguntas, o tempo dele é maior um pouco, até porque os questionamento vão ser todos feitos para ele. Muito obrigado.

Queremos informar a todos os senhores que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia. A TV Assembléia é uma TV a cabo, que alcança Cuiabá e Várzea Grande, cerca de vinte mil lares. Possivelmente, no segundo semestre, esta TV vai ser aberta no satélite, onde as pessoas do interior vão poder acompanhar os trabalhos dos Srs. Deputados.

Com a palavra, o Dr. Geraldo de Vitto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. GERALDO DE VITTO – Deputados Humberto Bosaipo e Carlão Nascimento; Deputada Verinha Araújo; Procurador-Geral do Estado, meu colega Dr. João Virgílio; Benedito Daltro; Calegari; nossa colega Vereadora Vilma, de Rondonópolis; demais sindicalistas; e servidores:

Eu gostaria, inicialmente, de começar respondendo a pergunta que a Genina acabou de colocar. O Governador Blairo Maggi tem na sua intenção, de fato, fazer um tratamento igualitário a todas as carreiras. Foi exatamente com esse entendimento, foi exatamente com essa visão que essa lei que prevê o reajuste geral aos servidores agora na data-base, no mês de maio, foi criado, porque ela trata de servidores e não trata de carreiras específicas.

Então, esta visão, Gemina, ela está sendo vista, ela está sendo feita e a grande prova é esta Audiência Pública.

Eu queria também aproveitar e fazer alguns esclarecimentos, até para fim de condução, Deputado, se o senhor me permite, na Audiência, fazer alguns esclarecimentos a todos, não só para os que estão aqui no plenário, mas os que estão nos vendo diante dessa grande audiência que é a TV Assembléia. Nós estamos aqui discutindo o realinhamento referente ao período de janeiro a dezembro de 2004, que é o realinhamento global de todos os servidores. Nós não estamos aqui discutindo pormenoridades de alguma carreira ou de outra carreira. Isso é bom deixar bem claro.

Ainda não foi definido nem encaminhado a esta Casa qualquer projeto de lei que contenha valores específicos como valores de reposição, ainda não existe. Tanto é que por isso esta Audiência é importante.

A intenção e quando se ventilou esse índice de 6% que foi mencionada, de 6,3%, foi o que o Governador, em sua visão, pretende repor as perdas referentes ao exercício anterior, ao ano anterior. Ao ano, repito, de janeiro a dezembro de 2004.

E qual é o índice oficial que temos para medir alguma perda? É o índice do INPC. Esse índice não é um índice que o Estado cria. É um índice Nacional, que é o índice geral, global, que mostra qual foi a inflação do período. E esse índice que os senhores estão manifestando, foi o índice do INPC. Este é o índice de cem por cento do INPC.

Queria até aproveitar e mencionar, conforme o Sr. Orlando colocou, a questão do crescimento do PIB. Foi mencionado aqui que o PIB da União foi um ponto sete trilhões, quatorze por cento, e do Estado trinta e seis, foi isso não é? Isso, dezesseis o nacional e trinta e seis o Estado. Muito bem! A União, nos últimos dois anos, repôs com a proposta que ela está fazendo, referente ao ano 2004, agora em 2005, em torno de um ponto seis por cento.

Nós, se juntarmos os dois valores de correção, vai dar mais de quatorze por cento, quase quinze. Se pegarmos quinze por cento, com a diferença para trinta e seis, vai dar dois ponto quatro. Se nós pegarmos dois ponto quatro, que foi o que a União deu, multiplicarmos pelo índice da União, vai dar cinco por cento, e nós estamos dando treze, considerando o INPC cheio, que ainda não está mencionado. Repito, estamos considerando o valor da reposição do ano 2004/2005.

Na Agenda Mato Grosso mais forte, o Governador de fato mencionou que não iria admitir, que ele iria repor todas as perdas salariais que os Servidores tiveram, e é isso que estamos fazendo. Nós estamos repondo as perdas salariais que são medidas pelos índices oficiais do período no qual o Governador Blairo Maggi está efetivamente governando.

Os senhores mencionam que “quem casa com a viúva, tem que cuidar dos filhos”, vamos usar essa metáfora dos senhores. Sim, nós estamos vendo o passado, mas primeiro temos que ter condições de verificar o presente, coisa que nunca foi feita neste Estado. Nunca os Senhores tiveram a possibilidade de ter uma reposição imediata das perdas compreendidas no período anterior

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

de forma completa. E isso deve ser reconhecido. Nunca! Imediatamente, no ano subsequente, os senhores tiveram devoluções de perdas. Que os senhores têm problemas conjecturais com relação à remuneração, isso todos nós admitimos, inclusive o próprio Governo. Que os senhores têm perdas decorrentes de dez anos, de quinze anos de salário, nós sabemos, só que não vamos conseguir em dois anos reverter um problema de quinze anos. Não há como. Não há jeito.

Então, primeiro nós temos que resolver o imediato, que são as perdas referentes ao período efetivamente do Governo Blairo Maggi para então, conforme possibilidade, podermos estudar os períodos anteriores.

Repito, essa Lei que está em discussão menciona somente as perdas salariais de forma linear e global para todas as categorias, cumprindo, sim, o disposto no art. 67 da Constituição Estadual, para todas as categorias.

E quero mencionar também aos senhores que nós reconhecemos que ainda há algumas disparidades. Repito e gosto de frisar isso. E essas disparidades vão ser discutidas ao longo deste ano e ao longo do próximo ano. Mas não neste momento, que trata única e especificamente da reposição do período de janeiro a dezembro de 2004. E tem mais, não são todas as categorias que vão receber esse aumento, que não é um aumento, é uma mera reposição inflacionária. É bom frisar. Esse valor que está sendo discutido não é um aumento. É uma reposição inflacionária, recomposição de perda. Não são para todas as categorias, isso é bom deixar bem claro. Algumas categorias, que tiveram até 19%, como a Genina disse, provavelmente não vão ter porque dentro desse índice já há a composição do índice de 6%. E a carreira sabe disso.

Só para finalizar, eu gostaria de agradecer a possibilidade de louvar a posição do Deputado Humberto Bosaipo, agradecer a presença de todos e dizer que estamos à disposição para quaisquer outras perguntas que se fizerem necessárias. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós queremos registrar a presença do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da EMPAER, Francisco de Souza Filho.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Bom-dia a todos e todas, todos os nossos servidores públicos, servidoras públicas de várias categorias de sindicatos.

Eu quero aqui também saudar a Mesa, o Deputado Humberto Bosaipo, que teve a iniciativa de convocar esta audiência pública; a presença aqui também do Deputado Carlão Nascimento; saudar a presença do Calegari, que é do Fórum Estadual; da Professora Vilma, que é Vereadora de Rondonópolis; do João Virgílio, da PGE; do Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração; e da Francismeire, que aqui representa a Secretaria Estadual de Educação.

Na verdade, este é um debate que tem acontecido nesta Casa desde o início de 2003. Quando aqui chegamos, para iniciar o nosso mandato, já recebíamos, à época, várias categorias organizadas, reivindicando revisões, muitas vezes, por iniciativa do Poder Executivo, aí configurando o que já foi aqui relatado por alguns representantes de injustiças.

Nós votamos, aqui nesta Casa, diversas alterações salariais que, infelizmente, provocaram mais desigualdade. Isso é verdade. Nós poderíamos elencar várias, mas é público, e todos aí têm acesso ao Diário Oficial.

Veja bem: qual tem sido a política do Governo Blairo em relação a este debate sobre as reposições salariais?

E aqui eu quero saudar o companheiro Orlando que é do SINTEP. Nós vimos acompanhando a luta do Sindicato dos Trabalhadores do ensino público...

Quando, em 2003, o Governador assumiu, o que ele deveria fazer? Deveria já, naquele ano, início do ano, repor as perdas. Porque o Governo está dizendo que vai tratar daquilo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

que é período dele. Então, já que ele tratou do que é período dele, como é que fica 2003, que ninguém tratou? Por que 2003 ficou para traz? O que aconteceu? O Governo, forçado por pressões de diversas categorias, e aí eu vou citar aqui no caso a educação, que foi aquela iniciativa de enviar para esta Casa a lei que implantou de novo a tal da verba indenizatória, de 12%, concedeu, no período, 7,67%. Isso já em março de 2004. A partir dessa concessão, virou moda 7,67% para todo mundo, 7,67%. Então, 7,67% de que período? Seria, então, em relação a 2004.

Eu pergunto: e 2003? Porque, se é 2003, Sr. Geraldo, como é que fica 2004? Está faltando 2004.

Nós estamos aqui com a Lei nº 8.278. Inclusive, os senhores lembram-se de que tinha um item que versava que seria descontado das elevações de nível de classe aquele percentual concedido em forma de reajuste.

Conseguimos tirar isso da proposta, com muita luta e muita reunião com vários Deputados, com servidores públicos, porque isso seria mais um arrocho, seria o congelamento eterno da carreira dos servidores públicos.

Então, a Lei nº 8.278 coloca, inclusive, alguns empecilhos para a revisão anual agora e toca na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se é para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, por que o Governo está gastando no máximo 42% com folha de pagamento, quando ele deveria gastar 54%?

Nas execuções orçamentárias, temos constatado que não passa de 38% a 42%. Portanto, tem uma folga aí de mais de 10%, que poderia ser concedida em forma de recomposição salarial.

Se é para cumprir a lei, por que só se cumpre a lei para punir e não se cumpre a lei para conceder aquilo que é direito? Por que as arrecadações têm ampliado ano a ano, e ampliado bastante? Entre 15% a 20% as nossas arrecadações têm ampliado, então, não é falta de dinheiro, como já colocado pelo Orlando.

Essa lei que trata da data-base vai ser defendida pelo Governo, como seus itens, até como cumprimento, mas, se é para cumprir, vamos cumprir na íntegra, e aí eu já falei da execução orçamentária.

Uma outra questão é que a Constituição Estadual fala em isonomia salarial. É muito claro no art. 147 da própria Constituição Federal. As legislações tratam de revisões anuais. Portanto, ninguém aqui está falando algo sem que haja base jurídica. Existe base jurídica para se discutir o que estamos discutindo aqui na audiência pública hoje.

Um outro item é que o salário mínimo neste País é um único salário que tem recebido percentuais de recomposição salarial, pelo menos, na íntegra da inflação. Mas temos sempre colocado: e quem não tem salário mínimo? Por que o que ocorreu neste País? Praticamente, hoje, os trabalhadores vão ganhar salário mínimo, porque as categorias não recebem o mesmo percentual de salário mínimo e ocorre que vai se afunilando para um único salário. Eu tenho certeza de que várias categorias já vão chegar aos trezentos reais, porque o salário mínimo tem recomposição, mas o salário de outras categorias de trabalhadores não tem, assim como o de servidores públicos ou o de outros trabalhadores que não têm organização na sua base sindical. Muitos acabam não tendo o mesmo percentual.

O salário do Governador, por exemplo, obteve 19% de recomposição, que foi o teto para aqueles que estão na base do salário do Governador. Quer dizer, por que esse percentual não foi estendido aos servidores públicos em geral? Se bem que esta Casa, inclusive, havia aprovado um teto mais amplo. Mas o próprio Governador não sancionou e teve que recuar e recuou para esse teto de 19%.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Uma outra questão é sobre as condições de trabalho... Já vou encerrar, Deputado. Ontem, visitei o Presídio Pascoal Ramos. E lá eu olhei as condições de trabalho dos servidores da saúde e também dos agentes prisionais. Na verdade, esses trabalhadores, hoje, estão presos junto com os presos. É o que eu constatei lá ontem. Porque eles ficam num setor do presídio, inclusive trancados, juntos com os presos. E quando ocorre uma rebelião, são os primeiros a ser reféns, porque não têm como fugir, com escapar. Essa é uma outra condição que precisamos discutir, são condições de trabalho. Citei uma categoria. Mas vou citar também a da educação. Eu tenho acompanhado várias escolas, e as condições de trabalho, as condições estruturais das escolas. Agora de, manhã, eu tive acesso a uma lista...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) – Nós poderemos dar esse enfoque na audiência pública...

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Só para concluir porque são condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) – Porque se for divagar, nós vamos...

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Não, Deputado. São condições de trabalho também.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) - Concordo. Estamos aqui num pleito... Esta audiência pública aqui, creio eu, teve duas propostas até agora: a primeira foi solicitar uma audiência com o Governador, antes do dia 1º, e a segunda proposta foi pedindo apoio para os outros Deputados que não estão aqui na audiência pública.

Então, eu quero informar a Vossa Excelência que eu quero ser bem objetivo nas audiências públicas, para nós não sairmos muito do nosso eixo. O Nilton, de Rondonópolis, falou uma coisa importante, a participação já não está muito efetiva.

Outro aspecto que eu queria pedir para vocês: quando nós formos discutir com o Governador, que os líderes classistas se preparem, levem dados porque o Governador está preparado, esses meninos aqui estão preparados. Então, é outro aspecto que eu observei: levem dados para discutir com o Governador.

Então, de forma que eu gostaria que a senhora encerrasse porque o seu tempo está esgotado.

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Tudo bem.

Então, eu vou encerrar falando das condições de trabalho. As condições de trabalho dos servidores públicos, hoje, são péssimas. Eu citei duas categorias, posso citar a situação da EMPAER também, que tenho acompanhado, dos próprios papiloscopistas que estão aqui com uma luta com relação a eles. Então, é salário e são condições de trabalho também.

Sobre a Audiência aqui e o foco da Audiência, Deputado, eu participei da última reunião com o Governador... Ficou, inclusive, do próprio Governador agendar uma outra reunião para se colocar na mesa os dados, ou seja, qual foi a arrecadação de 2003, 2004, o que tem de previsão para 2005, quais foram as reposições ocorridas. Mesmo porque, parece-me, que no caso da educação se quer descontar aquilo que foi concedido e a categoria está articulada, inclusive, para iniciar a campanha da data-base e não vai aceitar essa desculpa.

Eu acho que nós teríamos uma base, Deputado, que seria o percentual mínimo que vai receber o salário mínimo no país que, praticamente, é o mesmo que recebeu o salário do Governador, o teto do salário daqueles que são com salários vinculados ao do Governador do Estado. É isso. Muito obrigada! Contem com esta Deputada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) – Quero informar que eu estou aguardando o Governador dar uma resposta - pedi ao Secretário-Chefe da Casa Civil, porque é a ele

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

que eu me dirijo - da Audiência Pública a respeito dos Papiloscopistas e das Especialistas da Educação. Até agora não recebi resposta do Palácio, creio que como autor desta Audiência Pública com o Fórum Sindical, eu não vou esperar, eu vou lá no Governador saber se ele vai atender essas três categorias.

Vou aqui reforçar o pedido ao Secretário de Administração e ao Procurador-Geral, para que o Governador nos receba. Vou reforçar o pedido ao Secretário-Chefe da Casa Civil mas, com certeza, eu quero dar uma resposta ao Fórum, o Calegari vai receber essa resposta.

Vamos ouvir, antes do Calegari, o nobre Deputado Carlão Nascimento. Espero que o senhor se atenha ao tempo, porque a Deputada Verinha Araújo me deu uma driblada de cinco minutos.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – Sr. Presidente, Sr. Deputada Verinha Araújo, Secretário de Vitto, Dr. João Vergílio, da PGE, Procuradoria-Geral do Estado, Francismeire Pedrosa representando a SEDUC, nossa querida Vereadora Vilma, Zé Carlos, Presidente do Sindicato da SINFRA, demais sindicalizados aqui presentes, peço licença a todos para cumprimentá-los aqui em nome dos representantes da Secretaria Educação e do DETRAN, que são dois órgãos que eu tive a oportunidade enquanto homem público de dirigir.

Sr. Presidente, eu vou gastar muito pouco tempo. Eu vim muito mais para ouvir, e ouvi e anotei praticamente a fala de todo mundo, e percebo claramente... E o Secretário de Vitto falou da Agenda Mato Grosso Mais Forte. Eu tenho que reconhecer que essa Agenda, ele precisa rever. Acho que a Agenda precisa ser lida novamente. Tem muito Secretário que acho que nunca leu essa Agenda.

Portanto, Secretário, digo isso e nem vou falar aqui item por item, porque vou me ater apenas aos itens que fala sobre tratar os iguais de forma desiguais. Isso é comum no Governo. Está tratando e essa não foi a proposta feita durante a campanha. Então, existe realmente este tratamento. Existe uma coisa mais grave que eu acho, é que o Governo ao invés de mandar projeto de lei para esta Casa, criando cargos, mais cargo de carreira para o servidor entrar no órgão público através de concurso, o que eu vejo aqui é criação de cargos de confiança (PALMAS). Se a gente for fazer um levantamento, eu já pedi a minha Assessoria que faça esse levantamento, contraria o que o Governo disse no início. Na Agenda Mato Grosso Mais Forte, conheço-a todinha, dizia o seguinte: nós vamos reduzir o número de Secretarias, nós vamos extinguir Secretaria, não extinguiram nenhuma e criaram uma. E cargo de confiança se cria todo dia.

Digo isso, Secretário de Vitto, porque eu tenho... Inclusive, passa na nossa Comissão, e eu tenho pedido constantemente, o Deputado Humberto Bosaipo, a Deputada Verinha Araújo são testemunhas disso, que todos esses projetos venham acompanhados, o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, do comprometimento em relação ao salário. E não tem vindo. Então, nós temos cobrado isso aqui. Mas como normalmente isso vem sempre acompanhado de uma outra proposta à Secretaria, você tem que acabar contribuindo e votando esses projetos. Portanto, eu acho que é uma forma de estar tratando os iguais de forma desigual.

Com relação às propostas que eu acabei de ver aqui eu fiquei preocupado quando foi feita a exposição da SEDUC, porque lá está tratando iguais de forma desigual. E fiquei preocupado porque estou próximo a me aposentar. Ali ela fez um cálculo do mestrado. Quem tem mestrado recebe tanto hoje. Sabem quanto eu vou perder naquela tabela que ela falou aí se eu me aposentar hoje? Eu vou perder 60% do meu salário. Então, eu fiquei muito preocupado com essa exposição, porque cai praticamente tudo. Tudo que eu fiz durante toda a minha vida, porque eu sou Deputado de dois mandatos. Não sei nem se vou ser candidato nas próximas eleições. Eu sou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

mesmo é servidor público. Eu entrei no Estado em 1970 para ser professor, porque eu acreditava em uma carreira do Estado. Quer dizer, não se pode pensar somente quando está na ativa.

Eu recebi vários aposentados no meu gabinete reclamando que estão tirando alguns ganhos que eles tiveram no passado. E eu até concordei, Secretário Geraldo de Vitto, com algumas questões porque há um erro do Governo passado por ter separado. Além dos proventos que o servidor recebia, ele estava recebendo uma outra gratificação. Quer dizer, o servidor está com aquilo e não quer mais que tire. Mas foi um equívoco cometido no Governo passado, que eu tenho que reconhecer aqui. E eu disse isso claramente aos servidores.

Portanto, as propostas são de pedir apoio à Assembléia Legislativa. Esta Casa não tem se furtado a essas discussões. Todas as categorias que tiveram algum ganho, ele foi obtido no plenário desta Casa com a determinação e a vontade de todos os Parlamentares. Aqui há a bancada de sustentação ao Governo que, também, nesses casos tem se comportado como se servidor público fosse. Na hora de ir para o voto, se não teve acordo, cada um vota de acordo com a sua consciência. Mas o empenho, o trabalho dos Srs. Parlamentares nesta Casa tem sido constante, trazendo Secretário para discutir. O Secretário Geraldo de Vitto já veio várias vezes a esta Casa, com todos os argumentos que ele têm. Às vezes, nós temos sensibilizado o coração dele e ele tem nos ajudado.

Então, eu estarei presente não só aqui para defender o servidor público, até porque já contei a minha história de servidor público, como estarei na audiência com o Governador para ajudar naquilo que for possível. Portanto, podem contar conosco. Espero que possamos mobilizar mais.

Eu já estive no outro lado, também, e sei que quando mobiliza a coisa pesa no nosso ombro. Os companheiros da educação sabem o que passei em dois anos como Secretário. Peguei 90 dias de greve pesada dentro da Secretaria, o pessoal todo lá discutindo conosco. A Deputada Verinha Araújo me enterrou, mas eu consegui ressuscitar. Mas estamos aí.

Outro negócio que tem também é o recurso. E aí que nós vemos aqui que algumas categorias que se mobilizaram mais ganharam mais, outras menos. Isso não é de agora. Isso é coisa bem antiga.

Mas conte conosco. E acho que a outra proposta que eu vi aqui, da Deputada Verinha Araújo, que Cleidson colocou aí, eu acho importante trabalhar o índice, o índice do salário mínimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPPO) - Vamos ouvir o José Carlos Calegari.

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Eu quero fazer duas perguntas para o Secretário de Estado de Administração. A primeira é se o Governo já abriu – porque eu não entendi direito o que ele falou – uma negociação para que não seja 6.13%, se há possibilidade de aumentar esse índice nesse anúncio que ele vai fazer de aumento de salário, agora para 1º de maio.

E a segunda pergunta... Ele disse que vai dar aumentos diferenciados. Mas a lei que foi aprovada aqui na Assembléia Legislativa não abre esse precedente de se dar aumento diferenciado, vai ter que ser igual, Sr. Secretário, a não ser que vocês descumpram a lei. Aí, eu queria que o senhor respondesse essas duas perguntas, por gentileza.

O SR. GERALDO DE VITTO - Inicialmente, eu quero aproveitar a sua pergunta, Calegari, e aí permear com as demais que já foram feitas.

Eu não disse que haverá aumentos diferenciados, mesmo porque esse não é o escopo da lei e o Governo não vai descumprir o que a lei determina.

Essa lei fala em um aumento linear aos servidores, e é isso que vai ser dado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Eu, em momento algum disse aqui que aumentos diferenciados irão ocorrer. O que simplesmente mencionei foi que nós sabemos que existem perdas que ocorreram nos últimos 10, 15 anos, mas não vamos discutir isso agora.

Outra pergunta que você me fez, é se o Governo já fechou alguma coisa. Tanto o Governo não fechou que nós não enviamos nenhum projeto de lei ainda. Inclusive, temos uma reunião marcada com o fórum hoje, e essa reunião está previamente agendada, e eu sei que um dos temas que será discutido na reunião vai ser o índice.

O Governo entende a posição do servidor e está tão próximo, querendo ficar tão próximo ao servidor, tanto que em momento algum foi negado qualquer tipo de interlocução para conosco e a grande prova é que vamos ter uma reunião hoje, lá no meu gabinete, às 14:00 horas, somente para te lembrar e fazer um convite àqueles que não foram comunicados, já o estendo para que todos tenham livre acesso ao meu gabinete hoje.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Às 14:00 horas de hoje?

O SR. GERALDO DE VITTO - Isso.

E vou até mencionar, achei oportuna uma pergunta que foi enviada por uma telespectadora, que eu mencionei que algumas categorias não terão esse realinhamento global e ela me perguntou quais.

Eu quero responder essa pergunta aproveitando uma situação que a Deputada Verinha Araújo mencionou.

Deputada, houve um pequeno equívoco na fala de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência disse sobre o índice de 7,67%. O índice 7,67% é referente às perdas de 2003? Sim. As perdas de 2004 estão sendo estudadas agora. Essa reposição que estamos discutindo são sobre as reposições referentes às perdas inflacionárias de 2004...

A Sr^a Verinha Araújo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Veja bem, vamos pegar primeiro a educação, porque tem várias categorias que depois receberam os 7,67%.

Ocorre que perdas têm que se recuperar o período. O senhor, quando concedeu os 7,67%, concedeu a partir da votação da lei sancionada, inclusive para períodos posteriores.

Eu vou citar o exemplo dos papiloscopistas, que votamos a lei e foram receber o percentual de 7,67% em agosto de 2004. Então, o correto era 7,67%, retroativo ao momento que começou a perder, janeiro de 2004, vamos supor. Isso não tem acontecido.

Então, quando se vota na Assembléia Legislativa, e ainda, inclusive, se vota com dois, três meses até de vigência, e etc. É essa a minha pergunta, quer dizer, não se recupera o que ficou para trás, porque, se é de 2003, seria a partir de janeiro de 2004. Assim como se formos votar agora, é referente a janeiro de 2005, aquilo que se perdeu em 2004. E não é o que está acontecendo.

E, só para concluir. Verba indenizatória da educação: 12%.

Inclusive recebemos, na última Audiência Pública - o Deputado Humberto Bosaipo estava aqui -, estamos com vários professores doentes com câncer que, quando entram em licença médica, perdem os 12%. Eu vou citar uma das doenças, porque têm outras. Tem depressão. Então, essa verba indenizatória da educação, hoje, no momento em que mais a pessoa precisa, é quando é retirada do seu salário. Isso o Governo precisa rever urgentemente. É aí que a pessoa vai morrer mesmo, porque não tem o dinheiro para poder comprar os remédios. (PALMAS).

O SR. GERALDO DE VITTO - Deputada, são duas situações.

Como eu disse, essa lei que estamos discutindo não é uma finalidade exclusiva de uma categoria ou outra. Estamos discutindo servidores de um modo global. A questão de eventuais correções e leis da educação também serão discutidas em outro momento, em outra situação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS
09:00 HORAS.

Sobre a questão de retroação, de reposição, é exatamente por isso que o Governador se sensibilizou, que a partir de agora, deste ano de 2005, coisa que é inédita no Governo do Estado, todas as categorias vão ter a mesma data. O mesmo vai acontecer no ano de 2006, referente ao ano de 2005, e assim sucessivamente.

A questão - vou repetir, vou finalizar a pergunta da telespectadora, Deputada. Ela indaga quais categorias ficariam fora da situação, conforme eu já havia mencionado. São as categorias que já tiveram, em outras datas bases, a reposição referente ao ano de 2004. Quem já teve, em sua discussão, quando das leis anteriores, quando da discussão ou reposição referente ao período de 2004, não vai ter novamente. Por quê? Porque senão receberia duas vezes. Então, só para esclarecer esse evento mencionado. Aliás, Deputada, é bom mencionar que a questão da data base sem retroação é uma política que o Governo Federal nos orienta a fazer.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não são 54% o comprometimento, mas sim 49%, tem que ser calculada sobre todo o Governo do Estado. Não podemos encarar o índice de 49% só para o Poder Executivo. Dentro dos 49% têm que estar englobados Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Muito bem, só para finalizar esta posição, eu repito, para qualquer situação posterior - nós vamos ter uma reunião agora às 14:00 horas -, eu estarei totalmente à disposição dos senhores para qualquer nova discussão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu agradeço a presença das autoridades, do Secretário e dos Deputados.

Quero informar que todos os Deputados foram avisados e convidados para esta Audiência Pública. Nós pedimos ao Fórum que conversem também com os outros Deputados, porque a carga fica muito grande em cima de poucos Deputados para tratar de tantos assuntos.

Só para vocês terem uma idéia, nós tivemos, esta semana aqui: uma audiência pública com os papiloscopistas; uma audiência pública sobre o transporte escolar; uma Sessão Solene em homenagem ao Papa; uma audiência pública sobre a água ontem; e um fórum sindical hoje; além das Sessões Ordinárias. É uma carga muito pesada para enfrentarmos sozinhos, além das nossas atividades no interior do Estado.

Então, peço ao líder do fórum esse trabalho junto aos outros Parlamentares para que entendam esse mecanismo, as propostas que estão sendo colocadas, até para que nós possamos defendê-las aqui no plenário.

Eu agradeço a presença de todos!

Está encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O REAJUSTE DOS SERVIDORES
PÚBLICOS COM DATA BASE EM MAIO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2004, ÀS
09:00 HORAS.

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.